

OS EYVIGUAYEGUI-MBAYÁ-GUAICURU: o Tratado de Paz de 1791

Astor Weber¹
UNIMEO/CTESOP

RESUMO: O objetivo do artigo é mostrar as principais intenções do Governo Colonial português de tornar os indígenas Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru – que se localizavam na Capitania de Mato Grosso – em uma barreira fronteira física, objetivando evitar uma possível invasão espanhola àquela região. O Tratado de Paz elaborado em 1791 entre o Governo Colonial português e os indígenas é a fonte histórica analisada no sentido de tecer as reflexões nessa direção. O conteúdo do Tratado mostra que seu teor interessava aos dois lados, tanto aos índios quanto aos portugueses, pois havia a perda da hegemonia local e a aliança vinha no sentido de restabelecer algumas posições. No entanto, uma questão interessante desse episódio é que os indígenas não tinham como saber realmente o teor dessa aliança que ao passar do tempo se mostrou maléfica ao grupo, ocasionando seu declínio demográfico no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Governo colonial, fronteira, indígenas.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the main intentions of the Portuguese Colonial Government about turning the Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru Indians – who were placed in the Province of Mato Grosso – into a physical frontier barrier, with the objective of avoiding a possible Spanish invasion in that region. The Peace Treaty, which was elaborated in 1791 between the Portuguese Colonial Government and the Indians, is the historical source analyzed with the purpose of composing the contemplations in this way. The information of the treaty presents that its meaning concerned both sides, not only the Indians but also the Portuguese, because there was a loss of the local hegemony and the alliance came in a way to re-establish some attitudes. However, an interesting aspect of this episode is that the Indians couldn't really understand the meaning of this alliance that through the time presented to be maleficent to the group, bringing about its demographic decadence in nineteenth century.

KEYWORDS: Colonial Government, frontier, Indians.

¹ Coordenador e professor M. do Curso de História da UNIMEO/CTESOP.

Chegados enfim ao Forte de Coimbra os novos vassalos de Portugal, o sargento mor comandante recebeu-os com festas, e os mandou levar à sua aldeia, onde ao chegarem se levantou uma grita de alegria entre os gentios, ao qual responderam os estrondos dos nossos arcabuzes, que rompiam os ares que de tal sorte que se não ouviam as vozes (PRADO, 1908: p. 43).

No final do século XVIII, depois de vários confrontos, chegavam praticamente ao fim os conflitos envolvendo os luso-brasileiros e os Eyiguayegui² na Capitania de Mato Grosso. Oficialmente, depois da assinatura do Tratado de Paz de 1791, o governo de João de Albuquerque cumpriu seu objetivo: de estabelecer uma aliança com os índios cavaleiros, tornando-os aliados da Coroa portuguesa. O grupo retornava à sua aldeia, pelo menos oficialmente, como vassalos da Coroa portuguesa.

Havia um motivo ainda maior para que a aliança com os Eyiguayegui fosse estabelecida, que era tornar esses índios moradores e, muito mais, defensores, enquanto soldados, da fronteira. Mas essa nova postura política em relação a esse grupo indígena primava por outro interesse, que era garantir a conquista em definitivo da Capitania de Mato Grosso, permitindo, desta forma, que os interesses econômicos e políticos do Estado português fossem atingidos. Esses índios certamente não tinham como perceber que os interesses do governo colonial iam muito além do simples estabelecimento de paz com o grupo.

Para o governo colonial, era um Tratado de Paz, além de tudo, justo e que dava oportunidade aos Eyiguayegui de se redimirem de todos os males e danos que causaram aos luso-brasileiros. Para o governo colonial, era interessante que se iniciasse uma nova fase de relação entre o grupo e os luso-brasileiros. Se antes o que marcava a relação era o conflito agora deveria preponderar à amizade. Realmente foi o que ocorreu. Os conflitos diminuíram quase que por completo, porém o grupo perdeu território e foi aos pouco sendo dizimado.

² Optei pela denominação Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru para designar o grupo indígena em questão, por considerar o termo mais adequado. Eyiguayegui, porque assim se autodenominavam; Mbayá e Guaicuru, por ser uma designação dada pelos Guarani para definir o mesmo grupo indígena. Os Eyiguayegui foram tradicionalmente designados como *Índios Cavaleiros*. Para mais informações sobre o termo Eyiguayegui procurar na dissertação de WEBER, Astor. Os Eyiguayegui-Mbayá-Guaicuru: encontros e confrontos com os luso-brasileiros na capitania de Mato Grosso. Dourados/MS: UFMS, Campus de Dourados, 2002. 125 p.

Os novos aliados, a partir de 1791, estariam incorporados ao reino português e reconhecidos como vassallos da Coroa portuguesa. Os Eyiguayegui certamente tinham seus interesses para que essa aliança se concretizasse. A situação para que continuassem com seu poder hegemônico na região do Pantanal, no final do século XVIII, tornava-se cada vez mais desfavorável, pois estavam lutando com dois inimigos poderosos: espanhóis e portugueses. Certamente, devido à pressão política e bélica de ambas as Coroas ibéricas, o grupo não conseguiria manter por muito tempo o seu poder de ataque sobre essas nações. Portanto, a aliança seria bem vinda como uma alternativa de defesa contra uma possível dizimação total do grupo. Os Paiaguá desde 1768 não eram mais seus aliados; além disso, havia a disputa com outros grupos indígenas pelos bons lugares de caça e pesca. Os Guaná, que forneciam alimentos para o grupo, estavam estreitando relações com os luso-brasileiros. A melhor alternativa para esses índios foi de estabelecer a aliança com os luso-brasileiros. Outro fator que contribuiu para que a aliança se concretizasse foi a garantia do governo colonial de fornecer para esses índios presentes e a promessa, no caso de dificuldades, de receber sempre seu auxílio. Esse também foi um motivo forte para que o grupo estabelecesse paz com o governo colonial, já que a luta por bons lugares de caça e pesca dificultava o convívio com outros grupos indígenas na região. A disputa pelo território do Chaco e do Pantanal com os outros grupos indígenas, com os espanhóis e com os portugueses sempre foi intensa e não há como afirmar que os Eyiguayegui se tornaram hegemônicos nessa região. As áreas são extensas e é impossível que somente um grupo indígena dominasse hegemonicamente esse espaço.

Para o governo colonial, o interesse era a posse das terras e a possibilidade de riqueza que elas poderiam fornecer ao Estado português. Segundo Bastos, em relação às terras ocupadas por esses índios, foi nítida a intenção do colonizador de criar uma espécie de suserania sobre um território dominado por um poderoso grupo indígena (BASTOS, 1972: p. 155). O Tratado de Paz foi uma ação política decisiva para que o sul da Capitania do Mato Grosso viesse a se tornar definitivamente território brasileiro. Para o governo colonial, foi importante procurar se aliar com quem “dominava” a região e não deixar que o grupo fizesse aliança com os espanhóis.

Na verdade, para que a aliança se concretizasse, os interesses econômicos e políticos portugueses sempre prevaleceram nas negociações. Não se pode esquecer que a aliança somente se concretizou e tornou-se interesse prioritário para o governo colonial, porque os Eyiguayegui eram uma ameaça para a suserania do Estado português na Capitania de Mato Grosso. Esse fato importante, um Tratado de Paz, por escrito, entre o governo colonial e um grupo indígena tinha uma história anterior de conflitos, desde as

primeiras pressões que o grupo sofreu dos espanhóis. Eles sempre foram temidos; não aceitavam a dominação europeia sobre seu habitat. O governo colonial teve que negociar, pois estava difícil combatê-los, e as expedições punitivas tornaram-se ineficientes durante todo o período colonial. As expedições punitivas nunca foram motivo para que o grupo estabelecesse aliança com os luso-brasileiros, embora essas expedições tenham provocado a morte de muitas pessoas, causado prejuízos e fossem motivo para o deslocamento do grupo para outras regiões.

Durante o século XVIII, o governo colonial percebeu que, em vez das expedições punitivas, era muito mais vantajoso tentar aldear os índios e torná-los súditos da Coroa portuguesa. Por esse motivo, abriu-se um espaço de negociação entre o governo colonial e os Eyiguayegui. O governo colonial, para garantir a posse das terras, necessitava colonizá-las e o índio apareceu como alternativa para que esse objetivo se concretizasse.

Com relação aos vínculos de vassalagem propostos pelo governo português, Meireles afirma que transformar os índios em vassalos não era, na mentalidade do estadista do século XVIII, usurpá-los de suas terras e oprimi-los, mesmo porque, a Corte precisava deles, como guardiães naturais da fronteira (MEIRELES, 1989: p. 154).

A aliança complementar à estratégia de conquista e expansão territorial, que vinha sendo encaminhada desde o século XVI por Portugal, encaixando esses índios como defensores e povoadores da fronteira. Assim, o espaço para um possível aldeamento ou aproximação das habitações indígenas às povoações dos colonos induziria os índios à noção de civilidade, completando o ciclo, e tornando esses índios vassalos da Coroa portuguesa. Esse tipo de estratégia só traria vantagens: fortaleceria ainda mais a economia e a política do Estado português, exatamente nas áreas de litígio territoriais.

O governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, concordava que o índio deveria conquistar um novo espaço na sociedade e o estabelecimento de um método mais “afável e brando” de aproximação com os índios, assim como a história tinha mostrado em outros episódios, produziria um efeito positivo de aproximar os índios dos portugueses, tendo-os a partir daí como aliados políticos e de guerra. A aliança com os índios era importante para que a aproximação com os portugueses acontecesse (ALMEIDA, 1997: p. 162).

Muito mais que uma simples aliança e o desejo de afastá-los da amizade dos espanhóis, o governo colonial via nesses índios a possibilidade de estabelecê-los como força de trabalho (soldados) constante nas áreas de litígio fronteiriço. Foram, pois, políticas

indigenistas reais que desencadearam - como foi visto - conflitos na Província do Paraguai e na Capitania do Mato Grosso.

Com uma nova estratégia política, o comandante do Forte de Coimbra, Joaquim José Ferreira, pelos anos de 1789/90, começou a presentear os Eyiguayegui a fim de conquistar a amizade deles. Aos poucos, seu intento teve sucesso e conseguiu levar para a capital Vila Bela para assinar a aliança dois chefes do grupo:

Foram a Matto Grosso o capitão Emavidi Xané que agora se chama Paulo Joaquim José Ferreira, e o capitão Queima, que agora é conhecido pelo nome de João Queima de Albuquerque, que é dos principais dos Guaycurús por sua mãe e dos Payagoás por seu pai, e respeitado pelos muitos soldados e captivos que tem (...) No palácio de S. Ex. assignaram² o termo seguinte que ponho por extenso para que os curiosos o possam ver; e não privar aos meus leitores de terem essa complacência; e o mesmo faço á carta patente que lhes passou, e que esses conservam com o maior cuidado possível.

Termo

Desejando a nação do gentio Guaycurú ou Cavalleiro, que habita os terenos que formam a margem oriental do Paraguay, desde o rio Mondego, antes denominado Imbotatiú, e mais rios intermediários até a margem boreal do rio Ipané, dar não só uma evidente prova do seu reconhecimento, gratidão e sensibilidade, pelo bom tratamento e repetidos beneficios que ultimamente tem recebido dos Portuguezes, em consequencia das ordens do Illm. Exm. Sr. General de Matto Grosso e Cuyabá, dadas e muito recommendadas para o dito fim ao sargento mór engenheiro Joaquim José Ferreira, commandante do presidio da Nova Coimbra, as quaes ordens elle tem desempenhado com donativos que lhe tem sido determinados por conta da real fazenda de S. M., tambem outros seus proporcionados á sua possibilidade; desejando a mesma nação dar iguaes provas do grande respeito e fidelidade que tributam a S. M. Fidelissima, e de quanto são os mesmos gentios afeiçoados aos Portuguezes, espontanea e anciosamente vieram a esta capital de Villa-Bella os capitães João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, dous dos principais chefes da dita numerosa nação, com dezete subditos e a preta Victoria, crioula portugueza sua captiva, que serve de lingua: e depois de terem sido recebidos e hospedados com as maiores e mais sinceras demonstrações de amizade e agasalho, e de serem brindados com alguns donativos de S. M., e outros do Exm. Sr. Governador e capitão general, e das outras principaes pessoas desta villa, celebraram o seguinte convenio. No dia 1º dia do mez de agosto de 1791, no palacio da residencia do Exm. Governador e capitão general, estando presentes, por uma parte o mesmo Exm. Sr. Com os officiaes militares e mais principaes pessoas de Villa-Bella, e pela outra os sobreditos capitães e chefes de sua

² Como será discutido adiante - ao contrário do que afirmou Rodrigues do Prado -, no Termo não consta a assinatura dos índios principais. Os representantes do governo tomaram para si a responsabilidade de assinar o Tratado pelos índios, como seus "legítimos" representantes.

nação, João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, com os mencionados seus soldados e a crioula Victoria, sua captiva e interprete, disseram que, em seus nomes e no de todos os outros chefes da sua nação, seus compatriotas, e mais descendentes, protestavam e promettiam de hoje para todo sempre, nas mãos do Exm. Sr. Governador e capitão general João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, manter com os Portuguezes a mais íntima paz e amizade, e inviolavelmente guardarem e tributarem a S. M. Fidelissima a mais respeitosa fidelidade e obediência; assim e da mesma forma que lhe tributam todos os seus vassallos. E sendo-lhes perguntado, de ordem do mesmo Sr. Pelo sargento mór engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, se era nascida de sua livre vontade e moto proprio a obediencia que prestavam a S. M. Fidelissima, como tambem se queriam ficar sujeitos da mesma augusta soberana e senhora, ficando amigos, para desta forma gozarem livre e seguramente de todos o bens, commodidades e privilegios, que pelas leis de S. M. Fidelissima são concedidos a todos os Indios, a tudo responderam ambos os referidos capitães uniformemente que sim: protesto que o mesmo Exm. Sr. General aceitou em nome da mesma soberana e senhora, de sempre proteger a dita nação, a fim de perpetuar entre elles e os Portuguezes a mais intima paz e reciproca amizade, concorrendo sempre para tudo se dirigir á felicidade espiritual e temporal dos mesmos gentios. E para firmeza de todo o referido e estipulado, eu Joaquim José Cavalcanti de Albuquerque e Lins, secretario do governo, lavrei, por ordem do mesmo Exm. Sr. Governador e capitão general, o presente termo. Assignaram S. Ex. e a rogo dos ditos capitães e chefes, o tenente coronel de infantaria com exercicio de ajudante de ordens deste governo, Antonio Fellipe da Cunha Ponte, e o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista, encarregado da expedição philosophica por S. M. nesta capitania; e a rogo dos mais Guaycurús o Dr. Provedor da fazenda real e intendente do ouro, Antonio Soares Calheiros Gomes de Abreu; e de sua interprete o sargento mór engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. E tambem assignaram os officiaes da camara, sendo testemunhas presentes deste acto as principaes pessoas desta villa capital, que todas igualmente assignaram: e eu o secretario do governo, Joaquim José Cavalcanti de Albuquerque Lins, o escrevi. Com o signal de S. Ex. e de todos os mais circumstantes”.

A carta patente é a que se segue:

“João Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, do conselho de S. M., cavalleiro da ordem de S. João de Malta, governador e capitão general das capitanias de Matto Grosso e Cuyabá, &c. Faço saber aos que esta minha carta patente virem, que tendo a nação dos Indios Guaycurús ou Cavalleiros solemmente contractado perpetua paz e amizade com os Portuguezes, por um termo judicialmente feito, no qual os chefes João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José Ferreira, em nome de sua nação, se sujeitaram e protestaram uma cega obediencia ás leis de S. M., para serem de hoje em diante reconhecidos como vassallos da mesma senhora: mando e ordeno a todos os magistrados, officiaes de justiça e guerra, commandantes e mais pessoas de todos os dominios de S. M., os reconheçam, tratem e auxiliem com todas as demonstrações de amizade. E para firmeza do referido lhe mandei passar a presente carta patente, por mim assignada e sellada com o sinete das minhas armas. Nesta capital de Villa Bella, aos 30 de julho de 1791. – João de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres”³ (PRADO, 1908: p. 40-42).

³ Termo que foi retirado integralmente do relato de Francisco Rodrigues do Prado.

Como foi visto, os chefes dos Eyiguayegui, ou principais como denominou Prado, começaram recebendo nomes portugueses na tentativa de serem incorporados como súditos da Coroa portuguesa. A partir da metade do século XVIII, a língua portuguesa começou a ser pensada como requisito necessário à incorporação do índio à civilização. Além disso, fazer a amizade com os principais significava obter a amizade do grupo como um todo.

Para o governo colonial – conforme consta no Termo -, o grupo só estava estabelecendo o Tratado de Paz, porque reconhecia que os luso-brasileiros o haviam tratado repetidas vezes, muito bem, e que tinham recebido muitos benefícios ultimamente dos portugueses (PRADO, 1908, p. 41). Uma afirmação tendenciosa como todo o Termo do Tratado de Paz. Pelo tom do Termo, parecia que o governo colonial estava fazendo um favor ao grupo ao estabelecer a aliança. Na verdade, o governo colonial estava cedendo espaço a esses índios devido à pressão historicamente exercida por eles desde o século XVI, primeiro sobre os espanhóis e, depois, no século XVIII, sobre os portugueses. A saída tanto para o governo colonial quanto para esses índios era abrir espaços para negociação. Era difícil prever para o momento quem poderia obter mais vantagem com esse tipo de negociação.

Rodrigues do Prado afirmou que os dois capitães e dezessete súditos dos Eyiguayegui foram à Capital Vila Bela e assinaram o Tratado de Paz. Mas não foi isso o que ocorreu realmente. Os capitães João Queima de Albuquerque e Paulo José Joaquim Ferreira – nomes portugueses - disseram que, em nome deles e dos outros chefes, obedeceriam, tributariam e estabeleceriam paz com o governo colonial português. Ainda disseram “sim” a Almeida Serra, quando foram perguntados se queriam obedecer às leis da Coroa portuguesa, assim como gozar de seus privilégios. Mas não assinaram o Termo: somente o governador, oficiais da Câmara da Capital Vila Bela e outras testemunhas presentes no ato o fizeram. Como os índios não sabiam escrever, assinaram a rogo pelos capitães e chefes, o tenente coronel de infantaria, Antonio Felipe da Cunha Ponte e Alexandre Rodrigues Ferreira. A rogo dos demais índios do grupo, Antonio Soares Calheiros Gomes de Abreu, e, em nome da intérprete dos índios, Vitória, Ricardo Franco de Almeida Serra (PRADO, 1908: p. 42).

Pelo conteúdo escrito no Termo, o Tratado pode ser considerado como unilateral, mesmo porque, os princípios do Tratado de Paz de 1791 foram estabelecidos pelo governo colonial português. Mas, para os Eyiguayegui, o acordo seguia os princípios de uma aliança que era comum entre os grupos indígenas, como foi no caso da aliança com os Paiguá.

Certamente o grupo vai agir conforme seu entendimento e conforme a situação que enfrentar. Esses índios, assim como os outros da época, não sabiam nem ler e escrever. No entanto, além de não saber ler e nem escrever, havia outro agravante: não entendiam o português, por isso a escrava Vitória foi levada a Vila Bela para interpretar a proposta do governo colonial. Por ser uma nação com características socioculturais muito diferentes da dos portugueses, não tinham a ideia do que era ser vassalo ou súdito, ter direito ou deveres para com a Coroa portuguesa. Difícilmente os chefes do grupo entenderam as resoluções escritas no Tratado. Sabiam que tinham um compromisso de não atacar mais os luso-brasileiros e de que eram seus aliados. Mas fica difícil saber como esses índios interpretaram essa aliança. No caso da aliança com os Paiaguá, não houve acordo por escrito e os princípios que regiam a aliança eram outros. A única coisa que parece ter ficado clara para os chefes foi que eles receberiam benefícios por esse vínculo de vassalagem estabelecido com o governo colonial. Isto era muito interessante para esses índios, pois diminuiria a responsabilidade de atacar outras nações para suprir o grupo de diversos tipos de mantimentos. Ambos, índios e governo colonial, procuravam negociar e tirar vantagens sobre a aliança.

O termo contou com a participação de importantes figuras que fizeram parte da história dos Eyiguayegui antes e depois da assinatura do Tratado de Paz em 1791. O engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra acabou assumindo o comando do Forte Coimbra e expressou uma opinião muito negativa em relação ao aldeamento e futuro desses índios na Capitania do Mato Grosso. A comitiva que veio demarcar as fronteiras, em 1750, entre a Província do Paraguai e a Capitania de Mato Grosso, estava presente e alguns assinaram como testemunhas, como no caso do próprio Almeida Serra. Alexandre Rodrigues Ferreira, que também participou da assinatura do Tratado, teceu um breve relato sobre esses índios.

O tom impresso ao termo esboçava e dava a impressão que o governo colonial estava sensibilizado com a situação dos Eyiguayegui na fronteira. A incorporação como vassalos da Coroa portuguesa era a possibilidade que esses índios tinham para receber auxílio político, econômico e social do governo colonial. Certamente aos olhos dos portugueses, era um privilégio para os índios nessa época. Porém, na Carta Patente do governador, ele deixa bem claro que, além de “direitos”, os índios passariam a ter muitos deveres para com o Estado português. Foi realmente o que preponderou na relação desses índios com os luso-brasileiros, no século seguinte. O termo acabou sobrecarregando os índios com muito mais deveres do que direitos.

O historiador John Manuel Monteiro também fez um estudo sobre a importância política da aliança para o Estado português com os índios em São Paulo, no século XVI, e seu alcance na vida desses índios. Concluiu que aquilo que parecia uma aliança inofensiva e até salutar logo se mostrou muito nocivo para os índios (MONTEIRO, 1995: p. 17). Se foi nociva a aliança dos luso-brasileiros para com os índios em São Paulo, também não foi diferente da aliança com os Eyiguayegui. O resultado foi a diminuição de grande parte da sua população no período posterior a aproximação e a aliança com os luso-brasileiros.

Segundo levantamento de dados, as fontes creditam, na primeira metade do século XVIII, para os Eyiguayegui, no auge de seu domínio incursionista, uma população em torno de três mil habitantes em ambas as margens do rio Paraguai (HERBERTS, 1998: p. 36). Essa população, aos poucos, foi se fixando em torno dos Fortes de Coimbra e principalmente, Miranda, ocorrendo uma sensível diminuição da população no século seguinte.

A partir da aliança, os Eyiguayegui foram oficialmente incorporados à política indigenista do governo colonial. Poderiam ser cobrados, pois estariam cientes dos seus direitos e deveres como vassallos da Coroa portuguesa. Os índios sempre estiveram à mercê da política indigenista oficial do governo colonial. Entretanto, nem tudo funcionou como o governo colonial pretendia. O aldeamento do grupo parecia ser impossível. Almeida Serra, Rodrigues do Prado, o capitão general da Capitania Montenegro e outras pessoas envolvidas com a política indigenista na época divergiam muito de opinião sobre a possibilidade ou não de aldeamento do grupo.

O que deu resultado prático e, esse aspecto é relevante, foi a proteção como guardiães, muralhas, barreiras que os Eyiguayegui deram ao Sul da Capitania de Mato Grosso, na região do Pantanal. Ficou mais difícil ainda para os espanhóis entrarem na Capitania. A partir da aliança, o governo colonial, e depois imperial, ficou protegido na área de fronteira, direta ou indiretamente, por esses índios.

Muito mais que a aliança, para o grupo também o que estava em jogo era a própria sobrevivência na região, embora quase todos os relatos sejam unânimes em afirmar que o grupo sempre foi mais inimigo dos espanhóis do que dos portugueses. Certamente, isso tem uma explicação histórica, pois eles já vinham sendo perseguidos e enfrentando as expedições punitivas espanholas desde o século XVI. Outro fator que colaborou para aumentar a inimizade do grupo com os espanhóis foi porque eles possuíam inúmeras fazendas de gado na fronteira com a Capitania do Mato Grosso e essas fazendas eram alvo dos constantes ataques dos índios cavaleiros. A pilhagem era uma característica sócio-cultural-histórica do grupo; era uma forma de sobreviver na região. Enquanto fosse possível,

os índios encontrariam uma forma de se manterem na região. Por isso, as fazendas de gado na Província paraguaia foram sempre atacadas pelo grupo após a aliança. Além de exímios criadores de cavalos, esses índios tornaram-se excelentes pastores.

Os conflitos bélicos com os espanhóis provocaram muitas mortes entre os Eyiguayegui. Outro fator que provocou a diminuição da população do grupo foi a mudança das características sociais e culturais que estava provocando o contato mais intenso e direto com os luso-brasileiros. As doenças contagiosas também começaram a aparecer com maior frequência e provocavam inúmeras mortes entre esses índios. Além disso, depois da aliança, houve um declínio do seu poder hegemônico sobre o Pantanal e regiões circunjacentes. A aliança certamente foi negativa para o grupo, um povo senhorial que, aos poucos, vai perdendo o seu poder hegemônico sobre a região.

As imagens iconográficas e discursos distorcidos sobre os Eyiguayegui também fazem parte dos relatos dos períodos colonial e imperial, mas não se faz muita menção das perdas de vidas humanas ocasionadas pelo contato com os luso-brasileiros. Quando houve interesse em trazê-los para o seio da civilização, esses interesses se fizeram escusos, retrato de uma política colonial que nunca se preocupou realmente com o índio, mas sim com o bem estar político e econômico do Estado português.

Um dos objetivos principais do Tratado era estabelecer para os Eyiguayegui uma cega obediência à Coroa portuguesa. O auxílio ao grupo viria, mas quando o governo português fosse beneficiado. Não se pode aceitar as atrocidades cometidas contra esses índios como naturais. Eles foram infelizes na aliança com o governo colonial, o que não tira os méritos desses índios, que tentaram pelo menos negociar sua sobrevivência com o governo.

O Tratado de Paz foi um fato significativo para a vida dos índios Eyiguayegui. Antes da aliança, eles eram considerados inimigos dos luso-brasileiros; conseguiram uma certa hegemonia e lutaram para sobreviver; porém, com a aliança, tornaram-se amigos e sucumbiram diante da política velada e escusa do Estado português.

A perda de terras para os ibéricos foi apontada por Rodrigues do Prado, no seu relato em 1795, como um grande problema para os Eyiguayegui. Prado afirmou que os índios cavaleiros senhoreavam o mais vasto terreno, o qual pouco a pouco foram perdendo com as povoações formadas por portugueses e espanhóis. Para Prado, as primeiras notícias de existência desses “bárbaros” foram dadas pelos paulistas, pois esses já haviam encontrado o grupo como proprietários de grandes manadas de gado vacum, de ovino e de eqüino. Ele continua no seu relato, enaltecendo o aspecto guerreiro do grupo que se tornou, com os cavalos, uma nação temível para os outros “selvagens” e para os paulistas, que

receavam sair ao sertão e encontrá-los em campo limpo, pelo modo como eram atacados (PRADO, 1908: p. 22).

Ainda conforme Prado, que assumiu o comando do Forte de Coimbra em 1792, logo após a assinatura do Tratado de Paz em 1791, não era somente os portugueses que temiam os índios cavaleiros; os Guaxi e os Guaná também os temiam. Prado enfatiza que os Cavaleiros possuíam uma relação de tirania com as outras nações que atacavam. Em 1793, por exemplo, mais de trezentos Guaná vieram ao Presídio de Nova Coimbra pedir proteção aos portugueses. Segundo Prado, o número de Guaná era muito maior que os dos Mbayá, que possuíam índios de diversas nações⁴.

A relação tirânica dos Eyiguayegui com os outros povos indígenas e com os ibéricos foi um aspecto bastante salientado pelos relatos do período colonial. Essa forma do grupo contestar a dominação colonial foi usada como justificativa para que houvesse expedições punitivas portuguesas legais contra o grupo. Essa legislação deixava bem claro que as expedições punitivas estavam subsidiadas nos termos legais de guerra justa⁵. O interesse não era trazer bem-estar social para o índio, mas atender aos anseios econômicos e políticos da Coroa portuguesa.

Se os Eyiguayegui optaram pela aliança, foi porque o momento parecia propício. Talvez fosse uma alternativa para, pelo menos, continuarem sobrevivendo na região do pantanal. No entanto, o aldeamento não fazia parte da política indígena do grupo, pois a política do Estado português prejudicava e afetava diretamente a estrutura organizacional do grupo. Como era comum quando se tratava da política indigenista, o Tratado de Paz não se fez indiferente, não passou dos aspectos formais, de retórica, pois, na realidade, os Eyiguayegui estavam sendo destituídos a cada dia que passava dos direitos reservados para eles na aliança. A hegemonia do grupo na região foi sendo aos poucos aniquilada. Os efeitos nocivos se manifestaram nitidamente no grupo no século XIX, com o declínio de grande parte de sua população.

⁴ Conforme Prado, essas nações seriam a dos *Guaxis, Guanazes, Guatós, Caiavabas, Bororós, Coroas, Caiapós, Xiquitos e Xamacocos*. *Por necessidade, os Xamacoco, trocam seus filhos com os Mbayá por machados e facas* (PRADO, 1908, 30-31).

⁵ As causas legítimas da "guerra justa" seriam a recusa ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses e a quebra de pactos civilizados. Os Paiaguá e os Caiapó, juntamente com os Mura e os Guaicuru ficaram famosos por sua reação violenta à colonização e constituirão exatamente os casos de exceção de liberdade declarada pela carta régia de 12/5/1789 (ver n. 11). Informações retiradas de Beatriz Moisés-Perrone em *Índios livres e índios escravos.*, in: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, SMC: FAPESP, 1992, p. 117 a 132.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cláudio Moreira. Bicentenário do Forte Coimbra. O Estado de São Paulo. São Paulo, 13.8.1975.

BOAVENTURA, Tomás de A. S. Limites no Mato Grosso colonial: período Albuquerqueino (1772-1789). Cuiabá: PROED/UFMT/Departamento de história, 1987.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Correspondência do Governador de Mato Grosso (1752). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 263, Abr./Jun. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Imprensa, 1964.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Portugueses em Mato Grosso. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 245, out./dez.(1959) Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Imprensa, 1960.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Portugueses em Mato Grosso. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. v. 245, Out./Dez. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Imprensa, 1960.

D'ALLINCOURT, Luiz. Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adotar na fronteira do Paraguay, em consequência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios Guaicuru ou cavaleiros. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t. XX, Rio de Janeiro, 1857.

D'ALLINCOURT, Luiz. Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Allincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá. In: Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil. t. XXXV, Rio de Janeiro, 1862.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. São Paulo: Conselho Federal de Cultura, 1974.

MOURA, Antonio Rolim de. Correspondência do Governador de Mato Grosso (1752). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 263, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

OLIVEIRA, Jorge E. Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena na planície de inundação do Pantanal. Fronteiras: Campo Grande, MS., v. 3, n. 6, p. 9-34, 1999.

PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycurú. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil. t. I, 2.ed., n. 1, 1795. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

PUSINERI, Adelina. Guia Illustrada Del museo Etnografico "Andres Barbero". Assunción: Museo Etnográfico Andre Barbero, 1989.

SCHMÍDEL, Ulrich. Viaje al Río de la Plata (1534-1554). Notas bibliográficas y biográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, Traducción y anotaciones por Samuel A Lafone Quevedo. Buenos Aires: Editores Caubat y Cia., 1903.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Continuação do parecer sobre os índios Uaicurú's e Guaná. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t. XIII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1872.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Extrato: da descrição geográfica da Capitania de Mato Grosso feita em 1797. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t. I 3.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurús e guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t. II, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1844.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.

SOUZA, Cândido Xavier de Almeida e. Descrição diária dos progressos da expedição destinada da capitania de S. m. São Paulo. p.a as fronteiras do Paraguay, em 9 de outubro de 1800, dedicada ao Illm.o e Exm.o Sr. Dom Rodrigo de Souza Coutinho por... In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. t. LXXVII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

Recebido em: 14/09/2007

Aprovado em: 28/02/2008